

**1. Audição conjunta de entidades sobre o [Projeto de Lei n.º 607/XIII/3.ª](#) - *Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário***

- **APROTED**, Associação de Professores de Teatro Educação
- **ASPL**, Associação Sindical de Professores Licenciados
- **FENEI**, Federação Nacional do Ensino e Investigação
- **FENPROF**, Federação Nacional de Professores
- **FEPECI**, Federação Portuguesa dos Profissionais da Educação, Ensino, Cultura e Investigação (A confirmar)
- **FNE**, Federação Nacional da Educação
- **Pró-ORDEM** - Associação Sindical dos Professores
- **SEPLEU**, Sindicato dos Educadores e Professores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades (A confirmar)
- **SIPE**, Sindicato Independente de Professores e Educadores
- **SIPPeB**, Sindicato dos Educadores e Professores do Ensino Básico (A confirmar)
- **SNPL**, Sindicato Nacional dos Professores Licenciados
- **SPLIU**, Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

**2. Outros Assuntos**

-----

**1. Audição conjunta de entidades sobre o [Projeto de Lei n.º 607/XIII/3.ª](#) - *Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário***

A reunião foi presidida pela Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP), Vice-Presidente da Comissão.

A Senhora Vice-Presidente cumprimentou as delegações das entidades presentes para a presente audição conjunta, cuja identificação completa se encontra disponível na [página da Comissão](#), e informou da grelha de tempos disponível para a audiência solicitada, agradecendo pelos contributos escritos que fizeram chegar e que se encontram disponíveis para consulta na [página da iniciativa](#).

Tratando-se de uma iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, foi dada a palavra à Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) que expôs que com a presente iniciativa se propõe uma revisão profunda dos regimes das carreiras, pretendo o Grupo Parlamentar obter a visão crítica destas entidades sobre o projeto apresentado. Salientou, ainda, algumas das alterações a introduzir,

como seja a vinculação automática findo os três anos de serviço; a anualidade dos concursos; as prioridades nos processos de recrutamento. E concluiu, dizendo que com a presente iniciativa pretende o Grupo Parlamentar do PCP, acabar com a opção legislativa atual, feita de “remendos em cima de remendos”, e provocar uma revisão profunda do diploma em questão.

O Senhor Deputado Pedro Alves (PSD) referiu que este projeto de lei resultou de um processo concursal que não foi mais do que um erro do Governo que causou injustiças a mais de 1000 professores, erro esse que o Governo queria inquirir, ainda mais, com o concurso que pretendia abrir. Expôs que o seu Grupo Parlamentar considera que esta matéria não é da competência da Assembleia da República, devendo ser tratada num campo de mediação negocial. O seu Grupo Parlamentar interpreta esta iniciativa como um “remedeio”, uma vez que quando foi apresentada – na altura do Orçamento de Estado, encontrava-se já a ser negociada e posteriormente resolvida a situação.

Terminou, referindo que o seu Grupo Parlamentar está presente nesta audição para ouvir e tirar as devidas ilações.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) começou por referir que a iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP coloca em cima da mesa um debate que tem de ser feito, uma vez que os modelos dos concursos têm evoluído com pequenas correções e é chegado o momento de discutirmos este modelo.

Por outro lado, a questão do contributo dos professores para o sucesso da escola pública e dos nossos alunos é essencial.

Sublinhou, também, que o Grupo Parlamentar do PS está presente com o intuito de ouvir os vários pontos de vista, e colocou questões relacionadas com a estabilidade da escola, sendo certo que a estabilidade do professor não é igual à que é necessária para o equilíbrio do sistema; com o desenvolvimento da carreira, o combate à precariedade e a definição do conceito de “necessidades permanentes”; questões do carácter nacional da carreira, e a necessidade de compatibilização com determinadas zonas de escola que têm necessidades específicas, num espaço temporal limitado; os desafios de uma alocação suficiente de recursos; e a necessidade de rejuvenescimento do corpo docente.

Terminou, reiterando tratar-se de um debate importante e para o qual não há respostas óbvias.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) começou por referir que é preciso separar as evidências das contingências, ou seja, a necessidade de revisão do regime de contratação é diferente do que se verificou este ano, que acabou por ser constatado ter-se tratado de um erro, corrigido já por uma maioria parlamentar.

As questões que o Grupo Parlamentar do PCP levanta, num debate que o Grupo Parlamentar do BE acompanha, são oportunas, e não são de ser tidas como contingências, são antes necessidades que têm vindo a ser sentidas.

Referiu, por fim, que o seu Grupo Parlamentar é favorável à construção de regime que permita satisfazer os problemas relacionados com a colocação de professores, bem como a questão de eficácia das bolsas de contratação. Ao mesmo tempo, é importante, ainda, o rejuvenescimento dos professores.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) começou por referir que, quanto aos pareceres enviados, foi possível denotar a existência de sobreposições de entendimentos, mas também de posições muito diferentes, parecendo não haver consenso em várias matérias.

Assim, referiu que o seu Grupo Parlamentar está presente para ouvir as entidades.

Ainda assim, questionou o porquê de não terem chegado a acordo com o Ministério da Educação, uma vez que, não sendo o Grupo Parlamentar do CDS-PP entidade parceira, desconhecem os motivos da divergência.

Por fim, referiu que o Grupo Parlamentar do CDS-PP considera que é em sede negocial com o Governo que esses pontos deverão ser concertados.

Foi dada, de seguida, a palavra às várias entidades convocadas.

*Assim,*

A APROTED, Associação de Professores de Teatro Educação, referiu que nenhum professor de teatro se sente valorizado pelo Ministério da Educação. De seguida, mencionou que a intervenção da associação focar-se-ia na contratação de escola, e na discriminação que estes professores têm sofrido, nomeadamente face à ausência de Grupo de Recrutamento e à ausência de critérios objetivos de concurso. Concluíram com uma análise pormenorizada dos artigos do projeto de lei em debate.

O Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Deputado Alexandre Quintanilha (PS), entrou neste momento, tendo passado a presidir a reunião da Comissão.

A ASPL, Associação Sindical de Professores Licenciados, começou por referir importante a iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP e o convite feito à reflexão. Sublinhou a importância da estabilidade dos docentes, a qual é dificultada pela instabilidade que grassa nos concursos de professores. Abordou a questão dos Quadros de Zona Pedagógica (QZP), e o facto de anualmente estes professores estarem numa situação de instabilidade. Referiu que também os Quadros de Escola (QE) sofrem instabilidade, nomeadamente legislativa e de regras de distribuição do serviço, horários, etc.

Salientou que há uma abertura significativa do atual Governo face aos anteriores, mas ainda assim, na fase final de negociação existe uma inflexibilidade. Saúdam a iniciativa e apelam aos restantes Grupos Parlamentares a urgência desta situação.

A FENEI, Federação Nacional do Ensino e Investigação, referiu que está globalmente de acordo e que consideram positivo o projeto. Reportou-se ao facto de não parecer ser prevista a revisão do artigo 27.º n.º 2, admitindo-se a intencionalidade de não revisão em virtude das Apreciações Parlamentares recentemente apreciadas no Parlamento. Salientou que os concursos devem ter uma periodicidade anual porque realmente contribui para o reajustamento do corpo docente. Abordou, ainda, a questão da redução do número de alunos de turma; dos professores dos QZP; referiu perceber as preocupações do Grupo Parlamentar do PS com a estabilidade e sustentabilidade, mas que deve ser visto num enquadramento mais global; abordou a questão das necessidades permanentes; e ainda das assimetrias regionais.

A FENPROF, Federação Nacional de Professores, referiu defender um regime legal de recrutamento assente na prossecução de 3 objetivos que têm de ser, entre si, equilibrados, a saber, estabilizar professores nas escolas; concretizar efetivamente o princípio constitucional da segurança no emprego; e garantir a aplicação de critérios de equidade, objetivos, de justiça e transparência dos processos de contratação dos professores, referindo que estes objetivos são passíveis de compatibilização. Referiu, ainda, que muitas das alterações do projeto de lei correspondem a uma parte daquelas reivindicações.

Abordou, por fim, a questão dos QE e dos QZP, nomeadamente no que respeita às problemáticas das necessidades permanentes, das prioridades nos concursos e na integração na carreira.

A FEPECI, Federação Portuguesa dos Profissionais da Educação, Ensino, Cultura e Investigação, começou por referir que não estão reunidas as condições para criar uma escola de trabalhadores e uma escola pública. Referiu que estamos num momento de análise da escola e do que se pretende para o ensino português. Saudou o projeto apresentado, porque efetivamente existem falhas no sistema e não há uma resposta por parte do Governo.

Prosseguiu, assim, abordando a questão da contratação findo os três anos de contrato; a questão da anualidade dos concursos.

A FNE, Federação Nacional da Educação, começou por sublinhar a importância desta reflexão com os vários sindicatos e Grupos Parlamentares, referindo, ainda, que todos os sindicatos possuem questões distintas.

Como questões de fundo, identificou que a escola precisa de estabilidade, e que esta não é alcançável com um concurso de 4 em 4 anos, sendo preciso ver quais as necessidades da escola. Referiu que a educação tem de ser considerada como investimento e não como um custo. Abordou, ainda, a questão dos QZP e dos professores contratados.

A Pró-ORDEM - Associação Sindical dos Professores, referiu ser necessário compatibilizar os interesses do corpo docente com os interesses dos alunos, e do corpo docente com o corpo discente. Tal como importa centralizar os concursos, com os comandos da descentralização e autonomia pedagógica.

Terminou apelando à necessidade de revisão global e profunda do diploma, com enfoque, nomeadamente na anualidade dos concursos; na questão da redução do horário de trabalho; na necessidade de estabilidade, mormente para os professores contratados.

O SEPLEU, Sindicato dos Educadores e Professores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades, referiu que concorda com a generalidade das propostas, por muitas se aproximarem e coincidirem com as suas reivindicações.

Sublinhou, assim, a questão do ingresso na carreira dos professores contratados no QZP, a necessidade de conciliação do carácter nacional do concurso docente com as necessidades temporárias, a questão da anualidade do concurso, considerando que não faz sentido o concurso interno ser de 4 em 4 anos e o externo de 1 em 1 ano, pois que as necessidades variam de ano para ano.

Referiu, ainda, que não existe uma hierarquia entre os docentes do QZP e os docentes dos QE, pelo que devem ter a mesma prioridade.

Por fim, abordou ainda a questão dos professores contratados, nomeadamente o facto da duração do contrato, devendo o mesmo terminar sempre a 31 de agosto; a questão do limite de 3 anos para renováveis; e a remuneração dever refletir o tempo de serviço, e não necessariamente a progressão na carreira.

O SIPE, Sindicato Independente de Professores e Educadores, começou por relembrar a petição apresentada pelo sindicato que vai ao encontro desta iniciativa.

Referiu que defendem a colocação de professores em todos os momentos do concurso por graduação profissional, a necessidade de abertura de quadro de recrutamento de agrupamentos e a necessidade de diminuição territorial dos QZP.

Expôs que o presente projeto vem no seguimento dos últimos concursos, em que não foi observado o critério da graduação profissional.

Sublinhou como fundamental a definição de prioridades nos concursos, estando de total acordo com o projeto de lei, nos seus artigos 10.º e 28.º. Concordou, ainda, com a integração automática findo os 3 anos de contratação.

Abordou o novo concurso de vinculação extraordinária de 3.500 docentes, sendo certo que estas vagas não vão poder ser ocupadas pelos professores dos QZP.

Terminou, aludindo a dois pontos, a necessidade de estabilidade dos professor e da precariedade, abordando a questão das vagas em quadros de agrupamento e a necessidade de diminuição das áreas dos QZP.

O SIPPeB, Sindicato dos Educadores e Professores do Ensino Básico, prescindiu do tempo concedido em virtude da apresentação atempada de contributo escrito.

O SNPL, Sindicato Nacional dos Professores Licenciados, face ao que até aqui foi exposto pelos vários sindicatos, optou por abordar apenas o que ainda não foi referindo, concretamente a questão da estabilidade no que respeita à definição dos QZP, QE e dos contratados, e das respetivas prioridades.

Reportou-se, ainda, ao facto de cada agrupamento de escolas aplicar a legislação de forma diferente, em virtude as interpretações que os respetivos diretores tenham, exemplificando com a questão da redução do horário letivo em função da idade.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) pediu a palavra para agradecer a presença das entidades, e informou ter de se ausentar em virtude da existência de outros compromissos parlamentares a que teria de atender.

O SPLIU, Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades, começou por referir que concorda, praticamente, com todas as alterações constantes do projeto de lei. E sublinhou o facto de haver uma grande consonância entre todos os sindicatos, apelando a que exista igual consenso na Assembleia da República.

Reportou-se, também, à necessidade de estabilidade para os professores e que esta só ocorre quando estes consigam estar perto das suas famílias.

Abordou, ainda, as questões do rejuvenescimento; dos contratados; do carácter anual dos concursos; da necessidade de abertura a todos os Grupos de Recrutamento; da necessidade de alteração de horários de trabalho; etc.

Por fim, foi dada a palavra aos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, Pedro Alves (PSD), Ilda Araújo Novo (CDS-PP), Porfírio Silva (PS) e Ana Mesquita (PCP), que agradeceram as presenças e os contributos deixados pelas entidades.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS), que entretanto assumiu a direção dos trabalhos, em virtude da ausência do Senhor Presidente da Comissão, agradeceu aos presentes pelos seus contributos, sublinhando a importância dos mesmos para o debate em questão.

A audiência foi gravada em [áudio](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede. Os contributos escritos das entidades poderão ser consultados na [página da iniciativa](#).

## 2. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 12:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de abril de 2018

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'A. Quintanilha', is centered on the page.

**(Alexandre Quintanilha)**

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha  
Álvaro Batista  
Ana Mesquita  
Ana Rita Bessa  
Ilda Araújo Novo  
Joana Mortágua  
Margarida Mano  
Maria Augusta Santos  
Maria Manuela Tender  
Pedro Alves  
Porfírio Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt  
André Pinotes Batista  
Laura Monteiro Magalhães  
Lúcia Araújo Silva  
Luís Monteiro  
Maria Germana Rocha  
Pedro Pimpão  
Sandra Pontedeira  
Susana Amador

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão  
Ivan Gonçalves  
Nilza de Sena